

## Lista de verificação para lidar com seguros de proteção jurídica

Esta lista de verificação serve para o ajudar a cumprir com os procedimentos administrativos e para o proteger de custos e complicações desnecessários, no caso de um processo judicial.

### 1 Contacto

- Se tem um seguro de proteção jurídica, contacte pessoalmente a sua seguradora e informe-os, de imediato, sobre o seu processo.
- Verifique se o seu processo é coberto pela apólice em vigor e, em caso afirmativo, em que condições.
- Se o seu seguro de proteção jurídica cobrir os custos com o seu advogado, não terá o risco de incorrer em custos, no âmbito desta cobertura.
- Até receber a garantia de cobertura de custos da sua seguradora de proteção jurídica, está sujeito a ter de suportar as custas judiciais (advogado, tribunal). A declaração de garantia de cobertura de custos pode ter efeito retroativo, mas tal não é obrigatório.
- As garantias de cobertura de custos são normalmente atribuídas com um teto. O recurso à instância seguinte não é automaticamente coberto. Por este motivo, tenha em atenção as condições exatas da garantia de cobertura de custos.
- O seguro de proteção jurídica não é obrigado a assumir acordos individuais feitos com o seu advogado, que vão além da garantia de cobertura de custos.
- Os serviços prestados pelo advogado, que vão além da garantia de cobertura de custos, ficam a seu cargo. O advogado pode pedir-lhe um adiantamento.

### 2 Durante o processo

- É obrigatório manter a seguradora de proteção jurídica ao corrente dos passos importantes do processo. Pode isentar-se desse dever se dispensar o advogado do sigilo profissional e o incumbir de informar diretamente a seguradora de proteção jurídica.
- O seguro de proteção jurídica assume, no âmbito da garantia de cobertura de custos, as despesas necessárias e adequadas. Forneça ao seu advogado todas as informações e documentos, o mais rápido possível, para que o processo possa ser tratado com o menor volume de encargos justificáveis.
- Tem a possibilidade de requerer a abertura de um processo de arbitragem previsto por lei, caso haja uma divergência de opinião entre si e a seguradora de proteção jurídica sobre o tratamento a dar ao processo judicial. Isto é especialmente válido nos processos com poucas perspectivas de sucesso.

### 3 Conclusão do processo

- O seu advogado é responsável por apresentar uma fatura de honorários transparente.
- Deve solicitar o respetivo consentimento antes de concluir um acordo que implique custos para o seguro de proteção jurídica.